

Idéias coerentes

A Educação brasileira enfrenta curioso inimigo: a extrema boa vontade. Esse sentimento aparece sempre revestido de estranha couraça: a frase-símbolo, que resume uma série de ímpetos de tudo transformar, de alterar quase de imediato, sem meias medidas, o rumo das coisas. Ao que parece, prometer nada menos que o céu é uma espécie de obrigação de todo analista que busca solução de nossos terríveis problemas educacionais. Esse vício de origem produz muitas vítimas. A última delas foi o documento *Princípios e Metas Fundamentais para um Programa de Governo* do Partido da Frente Liberal, o PFL.

Depois de constatar que hoje o governo "gasta mais com o curso médio e superior do que com o ensino básico" — 60% dos recursos educacionais contra 40%, segundo os técnicos educacionais do PFL —, o documento conclui com toda ênfase e destaque possível que "a educação deve ser o investimento base para qualquer programa de desenvolvimento e progresso". Discordar, quem poderá fazê-lo? O problema começa em como fazer tamanha boa vontade. Insistir simplesmente em que a Educação é a "prioridade das prioridades" parece insuficiente sem uma orientação orçamentária específica de como impor tal prioridade. Apesar do *esquecimento*, o documento partidário — depois de considerar a nossa situação mais dramática a presença de "30 milhões de analfabetos" — insiste na necessidade de um "projeto nacional" para o ensino básico escudado na certeza de que a União "não poderá se encarregar da tarefa de proporcionar diretamente ensino a todas as crianças". Tal projeto cumpre os seguintes objetivos: ampliar as diferentes redes de ensino a fim de "estancar o surgimento em massa de novos analfabetos", diminuir a taxa de evasão escolar — sem maiores explicações —, diminuir os desperdícios de recursos e conscientizar a população para cobrar dos governos estaduais e municipais suas responsabilidades com Educação. Os dois únicos itens mais práticos do projeto referem-se a uma reelabo-

ração "dos padrões dos currículos escolares" e à necessidade de melhorar os níveis salariais do professor.

O pilar básico para o PFL emprender esse projeto é a idéia do "cheque-educação", um sistema de repasse direto ou indireto ao cidadão dos recursos do Orçamento da União, passando a educação básica à atribuição dos municípios por intermédio de escolas públicas e privadas credenciadas. Aos

Estados caberia a educação média e profissionalizante, ficando a União com o Terceiro Grau e pós-graduação. O cheque-educação estaria estimado em um valor de US\$ 20 por mês, por aluno. Antes de qualquer outra avaliação, cabe ver a determinação constitucional sobre Educação Básica e depois observar que a grande fonte de problemas — conforme vêm repetindo em sucessivos estudos os técnicos do insuspeito Banco Mundial — é que o Brasil já repassa vultosos recursos à iniciativa privada em Educação com resultados bastante discutíveis. Acelerar tal processo com a dinâmica do cheque-aluno não ampliaria distorção que não tem gerado os melhores resultados? A não ser que o objetivo não declarado seja acabar com o ensino público por asfixia financeira. O que é posição que não deveria exigir biombos, pois merece, democraticamente, respeito. Como qualquer outra.

A hipótese apontada de um "efeito didático" no cheque-educação porque a sociedade aumentará o "nível de consciência quanto à prioridade do ensino" é resultado da crença nos benefícios que a simples posse da moeda traz a todos, em todos os setores; é uma concepção do que é educar, dessa perspectiva, igualmente merece todo o respeito. Observa-se assim um traço de coerência nesse Programa de Governo. Os princípios liberais, tais e quais defendidos pelo Instituto Liberal e Instituto Atlântico (que foram mencionados de forma elogiosa na introdução do documento), foram incorporados por inteiro. O de que mais o desenvolvimento político brasileiro talvez necessite seja mesmo essa coerência e essa sincera exposição de idéias e planos.

Embora possa sofrer restrições, o programa do PFL para a Educação é coerente